



DECISÃO - CEL - Nº 1/2016

Impugnante: **FERNANDO VILLELA DE ANDRADE VIANNA**

Licitação: **Leilão nº 01/2016**

Objeto: Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Salgado Filho (SBPA), localizado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV), localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia; Aeroporto de Florianópolis Hercílio Luz (SBFL), localizado no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e Aeroporto Pinto Martins (SBFZ), localizado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará

Assunto: Licitação na modalidade de leilão. Impugnação ao edital de licitação. Decisão da Comissão Especial de Licitação

1. DA IMPUGNAÇÃO

1.1. Conhece-se da Impugnação, tendo em vista que a mesma foi apresentada tempestivamente, consoante o disposto no item 1.19 do edital do Leilão nº 01/2016.

1.2. A impugnação foi apresentada por FERNANDO VILLELA DE ANDRADE VIANNA, em 26/12/2016, por meio de Carta S/N 0294330.

1.3. O impugnante se insurge especificamente contra o item 1.15 do Edital, alegando, em suma, o que segue:

1.3.1. suposta divergência entre o item 1.15 do Edital, que estabelece o prazo para ANAC divulgar a Ata com as respostas aos pedidos de esclarecimentos do Edital, e o item 5.40 do Edital, que estabelece prazo diverso;

1.3.2. que deve ser conferido às futuras licitantes um prazo razoável para a análise dessas informações e documentos sob a nova perspectiva decorrente da divulgação da ata de esclarecimentos, de forma a refletir as regras e diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos n.º 1/2016, em especial em seu artigo 17;

1.3.3. que deverá prevalecer a data prevista no cronograma contido no item 5.40.1 do Edital, até mesmo porque, caso se utilize o prazo de que trata o item 1.15, a ata de esclarecimentos seria publicada na mesma data limite para a impugnação ao Edital.

1.4. Solicita a "edição de ato administrativo com o fito de estabelecer que a divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital deverá ocorrer até o dia 13/02/2017, nos termos previsto no item 5.40.1 do Edital".

2. DA ANÁLISE

2.1. O item 1.15 do Edital do Leilão nº 01/2016 estabelece o prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a data da divulgação da Ata com os esclarecimentos ao Edital e a data da entrega dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, nesses termos:

1.15 A ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1 da Seção I Da Apresentação dos Documentos do CAPÍTULO V DAS ETAPAS DO LEILÃO e estará à disposição dos interessados na sede da ANAC para consulta, sem identificação da fonte do questionamento. As

Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede da ANAC.

2.2. O Edital do Leilão nº 01/2016 estabelece, no item 5.40, o cronograma de eventos relativo ao desenvolvimento das etapas do Leilão, estabelecendo as datas para as suas realizações. Consta do referido cronograma a data de 13.02.2017 para a divulgação da Ata com as respostas aos pedidos de esclarecimentos do Edital e a data de 13.03.2017 para a apresentação dos envelopes contendo as propostas dos licitantes. Ocorre que, evidentemente, tais datas não são imutáveis. O próprio item 5.40.1 dispõe que eventuais modificações de datas serão divulgadas no sítio da ANAC. Ademais, a possibilidade de alteração de datas resta explícita no item 2.3.3, abaixo transcrita:

2.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão Especial de Licitação poderá:

(...)

2.3.3. prorrogar os prazos de que trata o Edital em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título, mediante prévia aprovação da Diretoria da ANAC.

2.3. Assim, não existe qualquer contradição entre os dispositivos suscitados. Ora, o item 1.15 estabelece que "a ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes". De outra parte, o cronograma de eventos de que trata o item 5.40 estabelece um prazo de 28 (vinte e oito) dias entre a data de publicação da ata de esclarecimentos (13.02.2017) e a data de apresentação das propostas pelos licitantes (13.03.2017). Como se observa, as datas estabelecidas no cronograma de eventos observam o prazo mínimo de 10 (dez) dias. Ora, este último prazo, do item 1.15, busca tão somente conferir aos potenciais licitantes a garantia de um prazo mínimo razoável entre a data da divulgação dos esclarecimentos e a apresentação das propostas, de forma que eventuais alterações que se fizerem necessárias no cronograma de eventos não impliquem em lapso de tempo menor entre os dois referidos eventos.

2.4. Por outro lado, como dito, os prazos estipulados no cronograma apresentado no item 5.40 estão sujeitos a modificações, segundo consta do item 2.3.3. No entanto, destaca-se que as datas estipuladas no supracitado cronograma foram estabelecidas com base nas análises e estudos desenvolvidos durante a elaboração dos Editais e Contratos, bem como nas experiências pretéritas, sendo que a Agência envidará todos os esforços a fim de cumprir o cronograma estabelecido no item 5.40. Em caso de necessidade de alteração das datas dos eventos, o que, no caso específico da divulgação da ata de esclarecimentos, poderá se dar, a exemplo de rodadas anteriores, diante de número excessivo de questionamentos apresentados, bem como diante da complexidade dos mesmos, tal alteração se dará em estrita observância à razoabilidade, alterando-se os prazos o mínimo possível, preservando-se o tempo necessário aos licitantes entre os eventos do certame. Obviamente foge completamente ao razoável o exemplo limítrofe trazido pelo impugnante, pelo que obviamente não se publicará a ata de esclarecimentos na mesma data limite para a apresentação de impugnações ao Edital. Caso necessário, é também facultado ao Poder Concedente alterar a data do recebimento dos envelopes e da própria Sessão Pública do Leilão, a fim de se garantir tempo razoável para que os potenciais licitantes bem elaborem suas propostas.

2.5. Posto tudo isso, também não se verifica qualquer afronta das cláusulas editalícias às disposições constantes do artigo 17 Resolução nº 01/2016 do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos.

3. DA CONCLUSÃO

3.6. Ante o exposto, esta Comissão Especial de Licitação delibera por conhecer do pedido de impugnação e decidir por sua **IMPROCEDÊNCIA**.

Brasília/DF, 29 de dezembro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE BARRETO DE ANDRADE NETO, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 29/12/2016, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO FERAN FREITAS ARAUJO, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 29/12/2016, às 23:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO PINTO DE MIRANDA, Presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 29/12/2016, às 23:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0306394** e o código CRC **08323A72**.